

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 3.641, DE 2008

(Apensos os Projetos de Lei nº 777, de 2003, nº 2.615, de 2003, nº 3.620, de 2004, nº 4.211, de 2004, nº 4.509, de 2004, nº 4.545, de 2004, nº 4.753, de 2005, nº 4.917, de 2005, nº 5.495, de 2005, nº 5.529, de 2005, nº 6.956, de 2006, nº 3.200, de 2008, nº 3.440, de 2008, nº 3.578, de 2008 e nº 4.007, de 2008)

Dispensa de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos federais os postulantes a cargos ou empregos públicos que tenham renda familiar per capita não superior a um salário mínimo.

Autor: Senado Federal

Relator: Deputado Eudes Xavier

I - RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para parecer quanto ao mérito, o Projeto de Lei nº 3.641, de 2008, que dispensa do pagamento de taxa de inscrição em concurso público os postulantes a cargo ou emprego público na administração pública federal, que integrem grupo familiar com renda *per capita* inferior a um salário mínimo.

A ele estão apensados os seguintes projetos, também referentes à isenção de taxa de inscrição em concurso público:

- Projeto de Lei nº 777, de 2003, do Deputado Eduardo Cunha, que "*isenta de pagamento da taxa de inscrição para concurso público realizado em qualquer área do território nacional à pessoa comprovadamente desempregada e dá outras providências*";

- Projeto de Lei nº 4.509, de 2004, do Deputado Professor Irapuan Teixeira, que *“isenta os candidatos desempregados do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos e dá outras providências”*;

- Projeto de Lei nº 4.545, de 2004, do Deputado Joaquim Francisco, que *“dispõe sobre a isenção da taxa de inscrição em concursos públicos e dá outras providências”*;

- Projeto de Lei nº 4.753, de 2005, do Deputado Carlos Nader, que *“isenta a pessoa portadora de deficiência física, do pagamento da taxa de inscrição em concursos públicos promovidos pelos órgãos públicos federais”*;

- Projeto de Lei nº 5.529, de 2005, do Deputado Milton Barbosa, que *“dispõe sobre o pagamento de taxa de inscrição para concursos públicos e dá outras providências”*;

- Projeto de Lei nº 6.956, de 2006, do Deputado Cabo Júlio, que *“concede ao cidadão desempregado isenção de taxa de inscrição em concursos para provimento de cargos no serviço público federal”*;

- Projeto de Lei nº 3.200, de 2008, do Deputado Edson Duarte, que *“dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos em favor de candidatos desempregados”*;

- Projeto de Lei nº 3.440, de 2008, da Deputada Solange Almeida, que *“dispõe sobre desconto de 35% (trinta e cinco por cento) das taxas devidas em concursos públicos federais, estaduais e municipais aos deficientes físicos ou portadores de necessidades especiais, pessoas com renda mensal de até 2 (dois) salários mínimos e aos doadores de sangue”*;

- Projeto de Lei nº 3.578, de 2008, que *“isenta o cidadão carente do pagamento da taxa de inscrição nos vestibulares e concursos públicos”*;

- Projeto de Lei nº 4.007, de 2008, do Deputado Eliene Lima, que *“dispõe sobre a isenção de taxa de inscrição em concursos públicos, em benefício de candidatos desempregados”*.

Além desses, encontram-se igualmente apenas ao Projeto de Lei nº 3.641, de 2008, projetos de maior abrangência, que extinguiriam completamente o pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos e, dessa forma, também cumpririam propósito similar ao da proposição principal. São eles:

- Projeto de Lei nº 2.615, de 2003, do Deputado Bispo Rodrigues, que *“isenta do pagamento da taxa de inscrição a todos os candidatos a concursos públicos, na esfera Federal, na Administração Direta e Indireta, Empresas Públicas, Fundações, Autarquias e Universidades ou Centros de Ensino Federais”*;

- Projeto de Lei nº 4.917, de 2005, do Deputado João Lyra, que *“isenta candidatos a concursos públicos de pagamento da taxa de inscrição e dá outras providências”*;

- Projeto de Lei nº 5.495, de 2005, da Deputada Gorete Pereira, que *“proíbe a cobrança de taxa de inscrição dos candidatos a concursos públicos e dá outras providências”*.

Tramita ainda apensado ao Projeto de Lei nº 3.641, de 2008, o Projeto de Lei nº 3.620, de 2004, do Deputado Geraldo Resende, que *“limita o valor da taxa de inscrição em concurso público em 2% da remuneração do cargo a que se concorre”*, ao qual, por sua vez, está apenso o Projeto de Lei nº 4.211, de 2004, do Deputado Dr. Heleno, que *“disciplina o valor a ser cobrado nas taxas de inscrição para realização de concursos públicos da Administração Pública Direta e Indireta, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista vinculadas à União e dá outras providências”*.

Não foram recebidas emendas, seja ao projeto principal, seja aos que lhe estão apensos, durante o prazo regimental para essa finalidade, cumprido nesta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, à qual incumbe manifestar-se sobre o mérito das proposições.

II - VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, quero afastar qualquer questionamento quanto à constitucionalidade de projeto de lei de iniciativa de Parlamentar dispendo sobre concurso público, uma vez que cabe a esta Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público pronunciar-se apenas quanto ao mérito da proposição principal e das que lhe estão apensas. O exame de constitucionalidade será oportunamente empreendido pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, inclusive à luz do Acórdão do Supremo

Tribunal Federal que julgou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade ADI-2672, referente a lei estadual capixaba, de iniciativa de Deputado Estadual, que concedeu a candidatos desempregados isenção de taxa de inscrição em concurso público estadual.

Por esse motivo, a análise a seguir apresentada cingir-se-á apenas ao mérito dos projetos sob parecer.

Todos os projetos ora examinados têm em comum o fato de isentarem candidatos do pagamento de taxas de inscrição em concursos públicos. Diferem entre si, contudo, quanto à qualificação dos postulantes a serem beneficiados pela isenção. Os projetos mais abrangentes eliminam a cobrança de taxa de inscrição para todos os candidatos, enquanto os demais dispensam de seu pagamento candidatos que preencham determinados requisitos. Alguns projetos dispensam do pagamento os candidatos desempregados, outros os de baixa renda e outros ainda os candidatos que sejam portadores de deficiência ou doadores de sangue.

No que tange à eliminação radical de taxas de inscrição em concursos públicos, é forçoso reconhecer que a realização de certames dessa natureza implica em despesas vultosas que compreendem a contratação de bancas qualificadas, o aluguel de instalações e a remuneração de fiscais para aplicação de provas, bem como medidas necessárias para assegurar o sigilo. Se essas despesas não forem cobertas pela receita auferida com a cobrança de taxa de inscrição, haverão de ser custeadas com recursos orçamentários ordinários. Nessas circunstâncias, a gratuidade da inscrição dos candidatos seria financiada por todos os contribuintes. É preferível, ao invés, que o ônus recaia apenas sobre aqueles que poderão vir a ser beneficiados com a eventual nomeação para o cargo sob disputa. Voto, em consequência, pela rejeição dos Projetos de Lei nº 2.615, de 2003, nº 4.917, de 2005, e nº 5.495, de 2005, que vedam de forma absoluta a cobrança de taxa de inscrição em concurso para provimento de cargos públicos.

Por outro lado, entendo serem pertinentes as razões invocadas para conceder a isenção de pagamento a candidatos que se encontrem desempregados. Ao fazê-lo, busca-se sanar uma contradição presente aos concursos realizados para provimento de cargo público. Com frequência, os cidadãos que teriam maior interesse em participar do certame, por estarem sem emprego, são impedidos de fazê-lo por não possuírem

recursos disponíveis para o pagamento de taxa de inscrição. Esse fato, além de frustrar cidadãos ansiosos por conseguir o cargo público ambicionado, pode resultar em prejuízo da própria sociedade, à medida que pessoas mais capazes de exercê-lo sejam liminarmente alijadas do concurso, por não poderem arcar com a taxa de inscrição.

Ao manifestar meu voto pela aprovação dos projetos que concedem isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público aos candidatos desempregados, devo porém tecer algumas considerações sobre a matéria, que recomendam a apresentação de um substitutivo.

Em primeiro lugar, deve-se atentar para o alcance da futura norma legal. É importante deixar claro que a concessão de isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso público, mediante lei federal, fica necessariamente adstrita aos certames realizados no âmbito da própria União, face à autonomia administrativa que a Constituição assegura aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Cabe, assim, a esses entes legislar sobre o processo de admissão de seus próprios servidores.

Um segundo ponto a merecer atenção é concernente à necessidade de prever punição para os candidatos que venham a prestar informação falsa, com o intuito de usufruírem da isenção. Opto, nesse sentido, pela adoção das sanções previstas tanto no Projeto de Lei nº 6.956, de 2006, como no Projeto de Lei nº 3.200, de 2008, corretamente vinculadas ao momento em que a falsidade da informação seja constatada.

O terceiro aspecto a ser considerado é atinente à vigência da norma proposta. Diversos projetos sob exame deixam de ressaltar os concursos que estejam em andamento quando a futura lei vier a ser publicada. Tal omissão pode vir a provocar indesejáveis atrasos na realização desses certames, se pedidos de devolução de taxas de inscrição já pagas determinarem a interrupção dos mesmos. Para evitar transtornos dessa ordem, adoto a solução contida nos Projetos de Lei nº 4.509, de 2004, nº 6.956, de 2006, nº 3.200, de 2008, e nº 4.007, de 2008, todos apensados à proposição principal, que fazem ressalva quanto aos concursos cujos editais tenham sido publicados antes da vigência da nova lei.

Discordo, entretanto, da restrição imposta pelo Projeto de Lei nº 5.529, de 2005, que só concede isenção a quem esteja desempregado há mais de 6 meses. Trata-se, a meu ver, de limitação desnecessária, que sequer é fundamentada na extensa justificativa que acompanha o projeto.

Ante o exposto, opto por submeter a esta Comissão o texto anexo, que consolida os aspectos acima referidos, nos termos de substitutivo ao Projeto de Lei nº 777, de 2003, escolha determinada por se tratar do projeto mais antigo dentre os que concedem a isenção de taxa de inscrição em concurso público apenas aos candidatos desempregados.

A rigor, seria conceitualmente defensável levar em conta outros aspectos que contribuem para determinar a impossibilidade de pagamento da taxa de inscrição em concurso público. No entanto, não há como desconhecer que outros critérios, ainda que aparentemente mais justos, podem resultar inviabilizados pela dificuldade de comprovação a ser exigida para a concessão da dispensa de pagamento. Considero, assim, que a opção por beneficiar os que se encontram desempregados é a que se revela de maior praticidade. Voto, em consequência, contrariamente à adoção do critério de pobreza, conforme preconizado no próprio Projeto de Lei nº 3.641, de 2008, bem como no Projeto de Lei nº 4.545, de 2004, e no Projeto de Lei nº 3.578, de 2008, apensos ao primeiro.

Com respeito ao Projeto de Lei nº 4.753, de 2005, e ao Projeto de Lei nº 3.440, de 2008, que concedem isenção ou redução da taxa de inscrição em concurso público em benefício de pessoas com deficiência, devo manifestar minha discordância. Sem prejuízo do mais profundo apreço por candidatos nessas condições, aos quais os concursos públicos reservam percentual das vagas em disputa, considero impróprio conceder-lhes indiscriminadamente isenção de pagamento de taxa de inscrição nesses certames. Entendo que as pessoas com deficiência devem merecer proteção da lei apenas naquelas situações em que sua condição as desigualda dos demais cidadãos. Não é o que se verifica aqui: as pessoas com deficiência que estejam empregadas poderão arcar com o valor das taxas de inscrição usualmente cobradas nos concursos, tanto quanto os demais candidatos que não estejam desempregados. Voto, por conseguinte, pela rejeição do Projeto de Lei nº 4.753, de 2005, e do Projeto de Lei nº 3.440, de 2008.

Quanto a esse último projeto, cumpre notar que seu texto pretende também beneficiar com redução da taxa de inscrição os candidatos que tenham efetuado doação de sangue pelo menos por três vezes nos doze meses anteriores à publicação do edital. Incentivo desta natureza configuraria retribuição pecuniária indireta ao doador, descaracterizando o caráter exclusivamente voluntário da doação de sangue firmado pela Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamentou o § 4º do art. 199 da Constituição, relativo à coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados.

Cabe examinar, por fim, o Projeto de Lei nº 3.620, de 2004, e o Projeto de Lei nº 4.211, de 2004. Ambos têm como objetivo limitar o valor da taxa de inscrição, que não poderia exceder 2% do valor do cargo objeto do concurso. Considero imprópria a fixação de limite dessa natureza, que desconsidera as peculiaridades de cada certame. Assim é que concursos realizados simultaneamente em várias cidades são, via de regra, mais complexos e dispendiosos. Concursos para cargos que exijam extrema especialização atraem um número reduzido de candidatos e, por esse motivo, tendem a cobrar taxas mais elevadas, pois os custos fixos serão rateados por um contingente menor de postulantes. Ademais, independentemente da remuneração do cargo, há concursos que exigem provas práticas, o que encarece sobremaneira sua realização. Temo que a imposição de um limite rígido para o valor da taxa de inscrição, desconhecendo essas variáveis, possa vir a comprometer a qualidade dos concursos.

Vale também aqui o argumento antes aduzido: quando a taxa de inscrição não for suficiente para gerar receita que permita cobrir os custos de realização do concurso, a diferença recairá indiretamente sobre todos os contribuintes.

Voto, por conseguinte, pela aprovação do Projeto de Lei nº 777, de 2003, e dos Projetos de Lei nº 4.509, de 2004, nº 5.529, de 2005, nº 6.956, de 2006, nº 3.200, de 2008 e nº 4.007, de 2008, nos termos do substitutivo ora oferecido àquele primeiro projeto. Voto, outrossim, pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.641, de 2008, bem como dos Projetos de Lei nº 2.615, de 2003, nº 3.620, de 2004, nº 4.211, de 2004, nº 4.545, de 2004, nº 4.753, de 2005, nº 4.917, de 2005, nº 5.495, de 2005, nº 3.440, de 2008, e nº 3.578, de 2008, apensos ao primeiro, em virtude das razões anteriormente apresentadas.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado EUDES XAVIER
Relator

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 777, DE 2003

Isenta candidato desempregado do pagamento de taxa de inscrição em concurso para provimento de cargo ou emprego no serviço público federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam isentos do pagamento de taxa de inscrição em concurso público para provimento de cargo efetivo ou emprego permanente em órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União os candidatos desempregados.

Parágrafo único. A condição de desempregado, para efeito da isenção a que se refere o *caput*, deverá ser comprovada pelo candidato, por ocasião da inscrição, mediante apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social e de declaração de que não exerce cargo ou emprego público em qualquer esfera de governo.

Art. 2º Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção a que se refere o art. 1º estará sujeito a:

I – cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado;

II – exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo;

III – declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a publicação do mesmo.

Art. 3º O edital do concurso deverá informar sobre a isenção de que trata esta lei e sobre as sanções referidas no art. 2º, aplicáveis aos candidatos que venham a prestar informação falsa.

Art. 4º A isenção de que trata esta lei não se aplica aos concursos públicos cujos editais tenham sido publicados anteriormente à sua vigência.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado EUDES XAVIER
Relator